



U.E.

Município:

DIRETORIA de ENSINO

ABAIXO-ASSINADO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nós, abaixo assinados, especialistas da Educação, professores e funcionários das escolas estaduais de São Paulo, visando uma escola pública de qualidade para todos, exigimos do Governo do Estado a urgente implementação de negociação para construção de novo Plano de Carreira que elimine a política de gratificação estendendo bônus, prêmios e gratificações existentes aos aposentados e posterior incorporação destes valores aos pisos salariais, bem como correção das distorções dos planos anteriores.

CONSIDERANDO:

- 1 - o total descaso do governo para com as dificuldades financeiras por que passam grande parte do Magistério ativo/aposentado e funcionários de escola, todos, sem qualquer reajuste real nos últimos dois anos;
- 2 - que esse governo sequer cumpre as leis que ele mesmo promulga, no caso, a data-base do funcionalismo, demonstrando total desprezo pelo Estado de Direito;
- 3 - que a maior parte dos profissionais da Educação, efetivos ou não, quando arrimo de família, não recebe um salário compatível, tendo que exercer um terceiro turno para sobreviver, com grande desgaste físico e mental;
- 4 - que as condições de trabalho oferecidas aos profissionais da Educação Pública Estadual são extremamente precárias, com jornadas estafantes, obrigando a maior parte dos docentes a reger 16 (dezesesseis) classes, totalizando cerca de seiscentos alunos, quando em jornada de 40 horas semanais; obrigando diretores e vice-diretores a gerir escolas com módulo defasado de funcionários e com poucos recursos financeiros; a enfrentar uma burocracia atroz que os afastam dos afazeres pedagógicos; a sofrer uma violência que cresce dia a dia, colocando em perigo suas vidas, principalmente em escolas situadas nas periferias das grandes e médias cidades; obrigando professores coordenadores a responsabilizarem-se pela melhoria da qualidade de ensino de uma escola sem a mínima infra-estrutura pedagógica, que não oferece condições para a capacitação, em serviço, dos seus profissionais; forçando supervisores a atender grande número de escolas; obrigando um número cada vez menor de funcionários de escola, mal remunerados e mal treinados, a atenderem milhares de alunos e centenas de professores;
- 5 - que esse governo e seus prepostos não se dispõem a discutir com as Entidades da Educação as linhas de atuação, impondo, unilateralmente, seus pontos de vista que nem sempre coincidem com os anseios de seus profissionais, o que decorre de um descompasso entre a base e a administração do sistema, com sérios prejuízos para o processo pedagógico das escolas;
- 6 - que, apesar de todo o exposto, o Magistério, ainda que pouco motivado, mantém de pé uma escola pública extremamente precária, mas valorizada por suas comunidades;
- 7 - que não há sinceridade por parte do governo, quando institui dez metas para a melhoria da qualidade de ensino, ignorando as dificuldades financeiras dos profissionais da Educação, nada concedendo aos docentes e funcionários, ativos e aposentados, além da pífia incorporação do Prêmio de Valorização (QM) e da gratificação suplementar (QSE) e antecipando o bônus, que já seria pago no início de 2008, para os ativos.

REIVINDICAMOS:

Abertura de negociação e a urgente implantação de uma política de valorização salarial, de médio e longo prazos, que atenda a todos **ATIVOS E APOSENTADOS**, e uma infra-estrutura que seja capaz de dar sustentação a um trabalho administrativo e pedagógico eficaz nas nossas escolas.

